

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



Aos vinte seis dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em **sessão pública ordinária**, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1. **Informação da Atividade da Câmara Municipal;**
2. **Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, ou um seu suplente**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento do XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

**O XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses realizar-se-á, no dia 29 e 30 de novembro de 2019, em Vila Real;**

3. **Apreciação e Votação** sob proposta da Câmara Municipal, da **rejeição** das competências, para o ano de 2020, prevista no Decreto – Lei nº 72/2019, 28 de maio, que concretiza a **transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das Áreas Portuárias – Marítimas e Áreas Urbanas de Desenvolvimento Turístico e Económico não Afetas à Atividade Portuária**, ao abrigo do artigo 18.º, da Lei 50/2018, 16 de agosto;
4. **Apreciação e Votação** sob proposta da Câmara Municipal, da **Transferência de Competências para as Juntas de Freguesia do Município, No Âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;**
5. **Apreciação e Votação** sob proposta da Câmara Municipal, **das Alterações ao Trânsito e Sinalética no Concelho do Crato - Comissão Municipal de Trânsito.**

Tomou a palavra a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, que cumprimentou todos os eleitos, os técnicos da Câmara Municipal ali presentes e muito especialmente os cidadãos que quiseram assistir à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. Constatou que no Grupo Municipal do PSD estava um elemento novo, não havendo qualquer pedido de substituição para tal situação. Afirmou não terem sido cumpridos os formalismos que estavam em vigor e por uma questão de respeito pelo Órgão e pelos termos regimentais e legais, deviam fazê-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



lo com a devida antecedência prevista. Solicitou para que a situação não se voltasse a repetir, sob pena de essa pessoa não participar numa próxima Reunião da Assembleia Municipal.

Interrompeu o eleito do **PSD, José Manuel Nunes Salvador Tribolet**, justificando que contrariamente ao que esperava acabou por vir, mas esqueceu-se de informar sobre a outra substituição que acabou por acontecer. Completou a sua justificação, pedindo muita desculpa e aceitando a crítica feita pela Presidente, Sandra Maria Sias Cardoso.

A Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, pediu que a situação não se voltasse a repetir, garantindo que caso voltasse a acontecer, não aceitaria a substituição no ato da Reunião por uma questão de credibilidade e respeito pelo Órgão.

**Presenças:**

**Membros da Assembleia Municipal:**

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, José Filipe da Conceição Carrilho, Francisco João Belo Farinha, António Manuel Iria Matias, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho e José Camilo do Rosário Videira.

A eleita **Eduarda Maria Subtil Pires** fez-se substituir por **Manuel Maria Moura Tavares de Carvalho Martins**.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio João Farinha Calado**, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**, Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Manuel Abreu Garcia** e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



No que respeita aos membros do **Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo** e dos senhores Vereadores **João Manuel Ferreira Farinha**, **Ângelo Miguel Guerra Pires Fernandes**, **Marco Fernando Duque de Mendonça** e **Marco Paulo Janeiro Rosa**.

Registou-se a presença de público.

Verificado o quórum necessário a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso** deu início aos trabalhos pelas vinte e uma horas e treze minutos.

A Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou que relativamente ao agendamento da presente Reunião, sabia que tinha criado alguns constrangimentos, especialmente aos que viviam fora do Município do Crato. Esclareceu já ter tido a oportunidade de transmitir os motivos aos representantes dos Grupos Municipais, mas importava também esclarecer os restantes eleitos desta Assembleia Municipal. Explicou que o agendamento desta Reunião, prendia-se basicamente com três motivos. Elencou que o primeiro tinha a ver com a Reunião de Câmara do dia 18 de setembro, havendo a necessidade de deliberar sobre alguns assuntos dessa mesma Reunião. Informou que os Presidentes das Assembleias Municipais tinham recebido da parte da CIMAA o pedido para adiarem ao máximo a realização da Assembleia de setembro para que não ocorresse uma Assembleia Extraordinária.

Esta Reunião seria para se pronunciarem sobre a criação da Empresa Intermunicipal de Gestão de Águas e também por numa fase inicial, terem como prazo para informarem a DGAL, o dia 27 de setembro. Sublinhou que depois da Reunião ter sido convocada, a DGAL tinha feito um alargamento do prazo para dia 30 do corrente mês, mas já estavam desenvolvidos os procedimentos relativos à presente Reunião.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou do registo da correspondência recebida e expedida de **30 de junho a 26 de setembro de 2019**, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de **ata nº 3/2019 da sessão ordinária de 29 de março de 2019** à votação a qual foi **aprovada por unanimidade**.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de **ata nº 4/2019 da sessão ordinária de 30 de abril de 2019** à votação a qual foi **aprovada por unanimidade**.

Deu entrada na mesa da Assembleia Municipal uma Recomendação sobre “**Colocação em espaço público da estátua evocativa de Carlos Manuel do Rosário de Abreu (Zenga)**”, apresentada pelos **eleitos da CDU**, a qual foi aceite.

Deu entrada na mesa uma Recomendação sobre “**Gravação e Transmissão online das sessões de Assembleia Municipal**”, apresentada pelos **eleitos da CDU**, a qual foi aceite. A Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, declarou que como esta Recomendação se prendia com o funcionamento da Assembleia, achava ser relevante apresentar no local, o seu conteúdo. A Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, passou a ler a referida Recomendação.

O eleito do **João Gonçalves, do PS**, afirmou que o Grupo do Partido Socialista se associava a esta Recomendação porque estava de acordo com o esforço que deviam fazer para aproximar as atividades da Assembleia, do público em geral e dos eleitores. Recomendavam que houvesse todo o cuidado na preparação desta situação, tendo em vista a boa qualidade da imagem que pudesse chegar, assim como todo o enquadramento digno da Assembleia que ali se realizava.



O eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD** manifestou que desde a primeira hora de há seis anos a esta data, em que participava na Assembleia Municipal, que vinha a insistir para que isto fosse feito e finalmente com esta Câmara pareciam estar reunidas as condições para que tal acontecesse. Afirmou que esta era uma boa prática de gestão democrática que já se praticava em muitas outras Câmaras, ficando muito satisfeitos por passarem a esta fase com os requisitos que o Grupo do PS tinha acabado de anunciar.

A Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, manifestou que a Mesa da Assembleia Municipal iria avaliar esta Proposta e na devida altura teriam oportunidade de discutir os pormenores concretos da sua implementação, caso fosse essa a decisão final.

## **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:**

### **1. Informação da Atividade da Câmara Municipal**

O eleito do **PS, Miguel Romão Caldeira Batista, do PS**, cumprimentou todos os presentes e deu os parabéns ao Município por, num período de férias de muitos dos seus funcionários, ter sido possível continuar-se a promover a “Dinâmica Jovem” com a participação de cento e cinco jovens, sendo este um número bastante significativo.

Referiu também o programa “Férias Desportivas”, já realizado há vários anos e com a participação de sensivelmente cem crianças, destacando o apoio dado pela Câmara e sem o qual não seria possível na realização do “Verão Non STOP” da União de Freguesias e do ATL da Junta de Freguesia de Monte da Pedra.

Salientou os projetos aprovados e sublinhou nunca ter assistido a tantas candidaturas, dando o exemplo da Regeneração Socioeconómica e Física das Comunidades e Zonas Desfavorecidas, a Casa do Adro, o Laboratório de Ofícios e Casa de Costura, a Eficiência Energética de vários edifícios municipais, o Caminho dos Alcatruzes, o Centro de Recolha Animal e das Infraestruturas para o Auto Caravanismo.

Destacou como ponto importante o lançamento da Rota dos Caminhos de Santiago desde o Algarve até ao limite do Alto Alentejo. Explicou que o Crato se encontrava presente nesta rede desde a primeira hora, notando-se já

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



algumas pessoas passando pela Vila. Manifestou achar que em comparação com outros anos, parecia-lhe haver um aumento do número de turistas, até agosto, no Concelho do Crato.

Salientou as atividades de férias para crianças e jovens que foram apoiadas pelo Grupo Mais Sucesso, a equipa multidisciplinar de promoção do sucesso, que mesmo em tempo de férias trabalhou, inclusivamente com a Universidade Sénior.

Destacou que do relatório dos vários departamentos da Câmara, tinha ficado com a sensação que o processo da contabilidade de custos devia estar a surgir, porque estavam a trabalhar bastante bem e viam a evolução dos relatórios enviados.

Revelou que o assunto do Pisão não se encontrava parado, porque o senhor Presidente da Câmara continuava a reunir tanto em Lisboa como aqui na zona de modo a continuarem o processo.

Exteriorizou que o apoio às festas das várias freguesias do Concelho, à semelhança do que se vinha a fazer desde sempre, continuava a ser uma grande aposta deste executivo.

Completo as suas declarações evidenciando a compra dos livros de fichas aos alunos da EBI, que apesar de não ser obrigatório, o Município deu esse passo em frente e ofereceu os referidos livros.

Concluiu as suas declarações destacando haver há sensivelmente dois anos, uma redução da dívida, assim como os saldos estavam francamente melhores.

A Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Isabel Merêces**, destacou a reativação do Conselho Municipal da Educação, visto o mesmo estar desativado há muito tempo e ser de uma enorme importância para se poder dignificar condignamente a educação. Congratulou a Câmara pela adesão massiva que este Conselho teve, assim como pela aprovação do plano dos transportes escolares.

A eleita **Maria Natália Castelinho, do PS**, na qualidade de professora na Escola do Crato, disse desejar agradecer a oferta dos cadernos de atividades pela Câmara Municipal, a todos os alunos do Agrupamento de Escolas. Agradeceu também a disponibilidade de funcionários da Câmara para terem conseguido colocar a Sala de Música no primeiro andar e a Biblioteca no rés do chão. Sublinhou o esforço da parte da Câmara para que a Sala de Música

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



estivesse pronta a funcionar no início do ano letivo, e informou que a Biblioteca estaria aberta na próxima segunda feira.

O Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio Calado**, tomou a palavra referindo-se concretamente à sua Freguesia, em relação ao Turismo, onde o mesmo também tinha crescido. Destacou a existência de algum alojamento local, mas salientou a existência de uma falha extremamente importante que já tinha causado grandes dissabores à população.

Sublinhou já ter participado várias vezes a Câmara sobre este assunto que tinha a ver com as cubas da VALNOR colocadas na entrada da Freguesia de Aldeia da Mata. Explicou que verificavam ser ali um despejo de lixo de todo o Concelho e não só. Chamou a atenção para o facto desta situação já estar a provocar um atentado à saúde pública pois depositavam no local com bastante frequência, cadáveres de animais.

Afirmou que era ao Presidente da Junta de Freguesia que os habitantes da mesma pediam solução para tal problema. Declarou já ter comunicado esta situação à Câmara e já ter contactado a VALNOR. Frisou que desta última vez a resposta obtida era que ter sido estabelecido um Protocolo com a Câmara Municipal no anterior mandato, e que a mesma tinha autorizado a colocação das cubas no referido local. Sublinhou já ter alertado várias vezes a Câmara Municipal para a existência de um terreno que pertencia à própria Autarquia e que fazia todo o sentido a colocação das cubas nesse mesmo terreno.

Afirmou que, no seu entender, esta era a melhor solução, até aparecer outra que pudesse ser melhor. Concluiu que naquele lugar poderiam combater a sujidade, a lixeira a céu aberto e principalmente a má visibilidade que vinha a criar à Freguesia de Aldeia da Mata.

O eleito do **José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD**, manifestou que apesar de já se tornar repetitivo, desejava cumprimentar a Câmara pela qualidade do relatório apresentado, porque se apresentava num caminho de melhoria continua e visível.

Apresentou novamente a sugestão de baseado neste relatório, cada serviço ter uma página onde apresentassem a autoavaliação do que tinham conseguido durante este período e que expusessem os pontos fortes e fracos da sua execução e o que consideravam ser o objetivo do esforço principal nos próximos tempos no sentido da melhoria.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



Completo dizendo achar que isso ajudaria também a Assembleia a compreender de que forma os serviços se viam a si próprios.

Explicou que liam as realizações feitas numa ótica positiva, mas com certeza que aqueles que estavam no terreno, sabiam existir coisas que gostariam de ter feito, mas que não o fizeram ou que não correram tão bem quanto desejavam. Disse ser natural que as pessoas fossem convidadas a expressarem o que pensavam dessas situações e o que sugeriam para que os órgãos executivos da Câmara e também a Assembleia estivessem informados.

Referiu tal como já o tinha feito em outras ocasiões, que tudo isto devia ter um enquadramento global sistémico da Câmara, que enquadrasse a forma como a trajetória de execução anual e neste caso trimestral, estava a cumprir os objetivos a que a Câmara se tinha proposto quer anuais, quer plurianuais. Frisou que podia ser uma coisa simples, bastando uma página que indicasse alguma visão sintética da reflexão madura que a própria Câmara fazia sobre a sua execução, visto isto valorizar o trabalho apresentado.

Voltou a outro aspeto já mencionado, do qual já tinham falado no passado e congratulando-se imenso pelo que ali tinha sido dito, sobre a realidade da intervenção da Câmara através dos seus diversos mecanismos no sistema educativo do Crato. Achava que apesar disto, não podiam ignorar os dados e as notícias que vinham nos jornais sobre os Concelhos onde o estado da Educação estava pior e infelizmente, o Crato era um dos mencionados.

O eleito do **PSD, José Manuel Nunes Salvador Tribolet**, manifestou achar que se devia promover com alguma abertura e transparência uma reflexão sobre como continuarmos um percurso de melhoria da situação atual, que segundo as estatísticas indicavam ser mau. Sugeriu ir-se buscar entidades escolares de exemplos de excelência no país, dos quais tínhamos vários, não só do setor público, mas também do privado, que nos ajudassem com o seu olhar exterior a resolver a situação. Completo as suas declarações dizendo ser esta uma preocupação que tinha e que achava unir todos.

O eleito **João Gonçalves, do PS**, afirmou que gostaria de salientar dois acontecimentos importantes que tinham ocorrido nos últimos tempos. Destacou com muito agrado o facto da CIMAA ter sido convidada para a apresentação de candidatura ao Programa Operacional de Assistência Técnica para a Realização de Estudos e Projetos para a Construção da Barragem do Pisão. Afirmou que “o caminho faz-se caminhando”, que este era o

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**

Município

caminho que estavam a percorrer, sendo mais um passo importante dado na aproximação dos objetivos que todos queriam alcançar.

Declarou que a Barragem do Pisão começava a ganhar foros de realidade e daí todo o agrado pela medida tomada. O outro acontecimento que merecia a sua atenção prendia-se com o facto de num Município tão pequeno, do interior e desertificado, ter-se a capacidade de organizar um dos maiores eventos a nível nacional como era o Festival do Crato. Afirmou que tal iniciativa só nos podia deixar orgulhosos porque provava que apesar de pequenos sabíamos fazer bem, tínhamos grandes capacidades para realizar e para fazer acontecer.

Sublinhou que das informações que disponham, tinha sido o ano com maior presença de visitantes e o êxito deste acontecimento só nos podia deixar orgulhosos, enviando dali as maiores felicitações à Câmara Municipal.

O eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, manifestou que em questões de Educação, nas reuniões dos órgãos deliberativos, deviam ter sempre duas balizas, porque nem tudo era responsabilidade da Autarquia. Sublinhou que em nome do aproximar e do descentralizar, o caminho que se estava a querer percorrer, era para que tudo fosse realmente responsabilidade da Câmara, mas quando chegassem a esse ponto, então falariam.

Declarou que nesta questão da Educação, do aproveitamento e do esforço, as autarquias faziam por vezes mais do que era a sua atribuição e a sua competência. Lembrou que deviam ter sempre presente que por mais que fizessem, se as políticas nacionais para a área da Educação, quer para os professores, quer para os encarregados e até para as crianças, não mudassem, não se conseguiria inverter alguma das situações atuais, nomeadamente no interior. Lembrou também, ter saído no INE, a estatística do Turismo, englobando tudo: hotéis, turismo em espaço rural, alojamento local, etc.

Frisou que os valores do Turismo se mediam em dois aspetos fundamentais, sendo um deles o número de dormidas, que estavam publicadas a nível nacional. Frisou ser uma base importantíssima, porque os valores apresentados pela estatística, cruzavam-se com a atividade económica. Destacou existirem realmente melhorias neste setor, mas não se deviam iludir porque ao primeiro abanão geopolítico ou geoestratégico nos mercados emissores, tudo podia mudar.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



Expôs que estas questões do Turismo eram importantes para a nossa economia, mas para invertermos a desertificação e outras coisas, era preciso investir em algo que fosse produtivo, permanente e estável. Afirmou que só desta forma, criando-se emprego estável é que se constituíam famílias e se invertia a situação de menos quatro mil e quinhentos eleitores nas próximas eleições em relação às últimas para a Assembleia da República. Exteriorizou achar que devíamos ser otimistas, mas com isso, não devíamos perder do horizonte a realidade e analisa-la de forma nua e crua.

Disse achar importante o Crato estar nesta onda dos Caminhos de Santiago, porque era um projeto importantíssimo com as dioceses. Lembrou, não existir apenas o caminho de Santiago através de Portugal, mas nesta fase estávamos a correr atrás do prejuízo daquilo que era praticado lá fora e com grandes proveitos do ponto de vista económico.

Destacou que hoje em dia quem caminhava por estas rotas, apesar de ficar numa estalagem, queria condições diferentes daquelas que tinham os peregrinos de antigamente. Sobre a Barragem do Pisão disse já ter afirmado, assim como já o tinha escrito em artigos, que o pior inimigo do Pisão nesta fase dos trabalhos era a chicane política, devendo-se parar com tal atitude.

Explicou que no seu entender se devia prestar contas de cada passo dado, porque era muito difícil a pessoas que tendo sido enganadas por todos e mais alguns governos, acreditarem na construção do referido projeto. Afirmou que não se podiam esquecer do atraso brutal de descredibilização que traziam atrás, assim como não se podiam esquecer que não haviam milagres. Garantiu que deste modo todos deviam puxar para o mesmo lado, não desvirtuando para não entrarem na mesquinhez do combate ideológico político de uma matéria que já se encontrava identificada.

Sobre os eventos do Município disse achar que no momento em que a FAG do Crato passou para Festival, assumiram que à palavra Festival tinha de corresponder o conteúdo e a estrutura de um evento desta envergadura. Felicitou o Crato, o Distrito de Portalegre e mencionou que este Festival tinha traços que outros não tinham. Explicou existir neste Festival um conjunto de fenómenos deixados pelo trabalho feito ao longo dos anos. Completou expondo que mais tarde iriam ter o desafio de tentarem conseguir aproveitar este evento para colocar a gastronomia, a doçaria e o artesanato.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



O eleito **João Gonçalves, do PS**, afirmou que ao chamar a atenção sobre a construção da Barragem do Pisão, tinha-se limitado a abordar a satisfação de ver os passos concretos que estavam a ser dados para a concretização da obra. Sublinhou que esta atitude, tinha a ver com a sua formação profissional e que a apresentação de candidatura e a elaboração de projetos para a elaboração da obra, eram passos indispensáveis para a execução de qualquer obra. Explicou que no seguimento deste passo seria dada a aprovação, seria dado o lançamento de empreitadas e de seguida começaria a construção da obra, tendo-se finalmente uma barragem. Garantiu que a sua intervenção foi pela satisfação da ordem e do desenvolvimento técnico que a barragem estava a ter.

O eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, manifestou que a sua intervenção não tinha sido para responder à intervenção feita anteriormente, ou seja para responder ao eleito do PS, João Gonçalves. Afirmou que na globalidade e visto viver aqui, via aquilo que alguns colocavam nos jornais e por isso apelava que tivessem tato, fazendo desse modo um alerta.

O eleito **João Gonçalves, do PS**, afiançou que registava com agrado a intervenção do eleito da CDU, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, para que não restassem dúvidas a ninguém à cerca da intervenção.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, cumprimentou toda a mesa e todos os membros da Assembleia, o corpo técnico que assegurava as condições para o bom desenrolar da reunião, os colegas da Câmara Municipal, o público presente, agradecendo as intervenções e também os alertas. Disse desejar fazer uma análise crítica, assim como colocar alguns pontos sobre aquilo que tinha sido dito.

Chamou a atenção para o caso da Biblioteca Escolar, também ela alvo de uma candidatura e que se traduziu num apoio para a remodelação da mesma. Informou que a Câmara Municipal tinha decidido oferecer a todos os alunos a Plataforma Digital da Escola Virtual, frisando não ser caso muito frequente, por outros Agrupamentos de Escolas. Afirmou haver um empenho muito grande, para que tivessem as melhores condições possíveis, conseguindo-se através de alguma criatividade e de uma boa relação entre a Câmara Municipal e a Direção da Escola.

Disse pretender dar nota sobre a reflexão da Educação que ali tinha sido feita. Começou por recordar as Jornadas Pedagógicas do Concelho do Crato, organizadas pelo Agrupamento de Escolas e pelo Município. Manifestou considerar estas Jornadas um evento de luxo na discussão desse tema e ser pena que alguns elementos da Assembleia não se tivessem apercebido do mesmo, para terem assistido. Referiu não se lembrar se tinham sido

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

convidados ou não para o evento, mas caso não tivessem sido, num próximo acontecimento semelhante, passariam a sê-lo. Sublinhou que quem tinha assistido aquelas Jornadas Pedagógicas, tinha ficado ciente do estado da Educação no Concelho do Crato. Garantiu arriscar-se a dizer que não era tão mau como ali o tinham feito passar. Sugeriu que fizessem o exercício de comparar escolas idênticas e concelhos idênticos porque mesmo sem ter visto os dados referidos pelo eleito do PSD, José Manuel Nunes Salvador Tribolet, arriscava-se a dizer que o Crato estava por cima.

Garantiu terem problemas que eram transversais ao interior como por exemplo a demografia. Explicou que esta característica fazia com que percentagens e estatísticas, num núcleo de duzentos alunos, se saísse um, correspondia a 0,5% e era complicado dar a volta a esta situação, porque numa escola com dois mil alunos ou mais era diferente. Repetiu que em contextos iguais gostava de analisar esta questão, porque desse modo era sério, equilibrado e justo. Solicitou que caso existissem contributos para se melhorar, que os fizessem chegar à Câmara Municipal, de modo a poderem ser aplicados. Completou declarando estar preocupado, mas satisfeito com o empenho investido na Educação.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, declarou que também o preocupava o investimento feito nas escolas e a sustentabilidade do mesmo, pois parecia-lhe haver algum facilitismo da parte de alguns responsáveis em sugerirem que aproveitassem todos os fundos, todas as oportunidades existentes para acrescentarem determinadas competências nas escolas, ou poderem subsidiar determinadas coisas nas mesmas. Manifestou que na sua opinião tinham de se começar a preparar para o facto de daqui a dez anos poderem estar à beira do término dessa subsídio ou desse enquadramento.

Declarou haver a necessidade de se criarem dinâmicas de sustentabilidade sobre a oferta que estavam a fazer, com algum rigor e com alguma verticalidade. Relativamente às candidaturas e ao desenvolvimento que faziam desse trabalho, concordava que estavam num patamar completamente distinto daquele que existia quando tinha tomado posse. Explicou não estar satisfeito porque não tinham a capacidade técnica, nem a disponibilidade financeira para se recuperar o que não tinham na altura da sua tomada de posse. Pretendia dizer com isto, haverem situações em que poderiam aproveitar muito melhor ainda o que ia aparecendo, apesar do esforço enorme que faziam para aproveitar o mais que conseguiam.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**

Município

Destacou as obras das oficinas municipais/parque de máquinas e o alargamento de cemitério/ capela mortuária do Crato por não terem qualquer tipo de apoio comunitário. Afirmou serem obras importantes para o Concelho do Crato, que por não serem financiadas eram alvo de um empréstimo bancário, tendo recebido no próprio dia, visto do Tribunal de Contas para poderem avançar com essas mesmas obras. Chamou a atenção para o tempo decorrido entre a data em que os eleitos da Assembleia Municipal aprovaram o empréstimo e a chegada do visto do Tribunal de Contas.

Garantiu que o caminho estava a ser feito e tal como alguém tinha dito “o caminho faz-se caminhando” e iam seguindo em frente. Juntou os assuntos Turismo, Cultura, Festival do Crato e FAG e afirmou serem áreas em que tinham de melhorar substancialmente e não tinha qualquer tipo de problema em falar desta forma. Acrescentou que se com o Festival do Crato realizavam o melhor evento, tendo eventualmente este sido o melhor de todas as edições, a FAG merecia a preocupação de saberem qual o enquadramento a ter.

Disse que este evento em conjunto com o Festival do Crato e o Artesanato em especial, merecia uma preocupação um pouco acima de todas as outras. Elucidou terem de procurar soluções que dessem uma maior dignidade a esta mostra e trona-la eventualmente uma mostra de todo o Alentejo e das Regiões de Turismo de Portugal. Completou achar que era um bom princípio de solução e que qualquer pessoa compreendia que pelo número de visitantes que tinham, era necessário transformar este evento numa mostra do Alentejo e não apenas do Concelho do Crato.

Expôs ser um desafio que tinham pela frente e de alguma forma através deste assimilar de responsabilidades, ir-se dizendo o que tinham para fazer. Recordou ainda não se ter a estrutura desejada ao nível do Turismo/Cultura, mas estavam melhor do que há dois anos atrás. Explicou terem-se dado pequenos passos positivos relativamente a estas questões, mas tinham de melhorar substancialmente a tipologia de oferta e a capacidade de retenção de turistas.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, completou as suas declarações esclarecendo sobre a situação das cubas e dos resíduos. Garantiu que sempre que a Junta de Freguesia contactava a Câmara, a situação era resolvida de imediato. Garantiu que no seu mandato era assim que acontecia e o senhor

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
**ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA**



Presidente da referida Junta sabia muito bem do que falava. Referiu ser feito um esforço grande da parte do Município para resolver esta questão.

Relativamente ao terreno, afirmou que o senhor Presidente da Junta também sabia aquilo que lhe tinha transmitido sobre a inconformidade de áreas existentes no terreno e à confrontação que estava a ser feita pelo cadastro em Castelo Branco. Tentavam deste modo esclarecer a situação, deslocalizando depois para o local, numa área vedada e com acesso controlado para resolverem o assunto de uma vez. Frisou que gostaria de resolver alguns assuntos com um estalar de dedos, mas esbarrava-se em dificuldades vindas do passado e de organismos que não estavam adaptados à realidade em que vivemos. Advertiu que tem que se saber viver com eles e de alguma forma acelerar os processos. Acrescentou existirem outras situações, noutras Freguesias que tinham de merecer a mesma abordagem.

Lembrou terem também o desafio da recolha dos resíduos, havendo pessoas que estavam mais cientes disto do que outras. Informou que a empresa que fazia esta recolha ia ficar sem licença para a fazer e em alguns casos teria apenas licença para os receber. Tudo isto tinha a ver com a existência de concorrência no setor, que criava em territórios de baixa densidade, problemas de falta de oferta de outro tipo de empresas que pudessem fazer este serviço.

Sobre a Barragem do Pisão disse assinar por baixo todos os comentários feitos sobre a mesma e pediu a todos que falassem de forma positiva sobre este empreendimento, que não alimentassem aqueles que já tinham sido defraudados durante muito tempo e que colocavam dúvidas, que fossem positivos e que ajudassem a construir. Afirmou rever-se completamente nas palavras que ali tinham sido proferidas sobre este assunto: não embandeirar em arco, assim como não se deviam manifestar quando tinham alguma vitória ou alguma concretização. Completou que esta situação era como no futebol: havia momentos para festejar, para refletir e para trabalhar.

Concluiu as suas declarações pedindo que falassem positivamente deste assunto e contribuíssem positivamente sempre que pudessem. Agradeceu à Presidente, Sandra Maria Sias Cardoso, pela condescendência no tempo que lhe tinha cedido.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



A Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, explicou que a condescendência se tinha prendido com a pertinência e importância deste empreendimento para o Concelho do Crato, sendo importante poder-se, com tempo, falar sobre o mesmo.

O eleito do **PS**, **Miguel Romão Caldeira Batista**, voltou ao tema da Educação relembrando já ali ter afirmando que trabalhava noutra Concelho e que os seus colegas mostravam admiração com aquilo que se passava no nosso.

Deu o exemplo dos seus colegas de Matemática terem ficado espantadíssimos pelo facto de o Crato trazer um dos maiores matemáticos ao nosso auditório, desejando todos estarem presentes. Manifestou terem realmente de falar sobre Educação, porque passavam-se aqui muitas coisas que muitos desconheciam por completo. Recordou também a vinda da Dr.ª Maria Dulce Gonçalves, uma sumidade a nível nacional em termos de psicologia e de dificuldades de aprendizagem, que era natural de Aldeia da Mata.

Concluiu conhecer muitos Concelhos, mas a realidade no nosso era que se estava a fazer muito pela Educação e que as crianças pelo meio em que estavam inseridas, muito bons resultados apresentavam na Escola.

O eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet do PSD**, manifestou que a intervenção que tinha feito, tinha-o sido num sentido positivo tal como o senhor Presidente da Câmara pedia. Pediu que não passasse pela cabeça de ninguém, que ele não tivesse um profundo respeito pelos professores, pelos funcionários e pelo trabalho que estavam a fazer.

Declarou não conhecer muito bem o trabalho em causa, mas pelo que ouvia não lhe restavam dúvidas sobre aquilo que afirmavam. Expôs que quanto mais difícil fosse o problema mais ambiciosos e exigente tínhamos de ser connosco. Esclareceu ter algum contacto e ter lido alguma coisa sobre casos extraordinários de iniciativas em escolas, nomeadamente públicas, no país, que estavam a conseguir fazer coisas. Sublinhou a falta de meios do Ministério, o apoio nenhum, mas o apoio da comunidade, com um conjunto de professores, pais e educadores empenhados, que ultrapassavam e dobravam o Cabo Bojador no meio das dificuldades. Afirmou que não deviam interpretar as suas declarações como uma crítica, mas antes como o terem de continuar um desafio ouvindo gente que no terreno e com poucos meios conseguiam milagres. Terem humildade para irem buscar ao terreno as boas práticas.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



Congratulou-se com a realização das Jornadas, mas deveriam ter a ambição de irem buscar ajuda para esta situação, não significando necessariamente muito mais dinheiro, nem grandes compromissos da Câmara. Completou afirmando ser muito mais uma questão de atitude e de mobilização das famílias, das associações e dos miúdos, liderados pelos professores. Concluiu achar que estavam todos sintonizados.

- 2. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, ou um seu suplente**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento do XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses realizar-se-á, no dia 29 e 30 de novembro de 2019, em Vila Real.

Deu entrada na mesa uma única proposta intitulada por Proposta A.

**PROPOSTA:**

Efetivo: **Presidente da União de Freguesia de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces.**

Suplente: **Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado.**

Passou-se, de seguida, à votação por escrutínio secreto, dando entrada na urna 19 (dezanove) votos, tendo a Proposta A merecido a **aprovação** por **maioria** com 15 (quinze) votos favoráveis e 4 (quatro) votos em branco.

**Deliberação:** foi eleito a Presidente da União de Freguesia de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces como efetivo e o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado como suplente, para participar no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

3. **Apreciação e Votação** sob proposta da Câmara Municipal, da **rejeição** das competências, para o ano de 2020, prevista no Decreto – Lei nº 72/2019, 28 de maio, que concretiza a **transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das Áreas Portuárias – Marítimas e Áreas Urbanas de Desenvolvimento Turístico e Económico não Afetas à Atividade Portuária**, ao abrigo do artigo 18.º, da Lei 50/2018, 16 de agosto.

A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, propõe:

**Aprovar a rejeição da assunção das competências, para o ano de 2020**, prevista no Decreto – Lei nº 72/2019, 28 de maio, que concretiza a **transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das Áreas Portuárias – Marítimas e Áreas Urbanas de Desenvolvimento Turístico e Económico não Afetas à Atividade Portuária**, ao abrigo do artigo 18.º, da Lei 50/2018, 16 de agosto, pelo motivo que existe um vazio de objeto nesta matéria e não faz sentido a assunção de competências nesta área pelo motivo que o Município não tem e nunca terá de exercê-las por impossibilidade física, inserta na minuta da ata n.º 21/2019 de 18 de setembro da Câmara Municipal.

O eleito **Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, da CDU**, manifestou que votariam favoravelmente não aceitar esta aberração, mas disse ser pertinente esta questão vir à Assembleia porque no pacote da descentralização também existiam erros, que alguns não tinham conseguido ver. Recordou que tudo isto era para descarregar na plataforma, porque quando os órgãos não se pronunciavam, considerava-se que os mesmos tinham aceite tacitamente.

O eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD**, questionou se quando existir a Barragem do Pisão e se houver atividade associada à mesma, esta questão podia ser revista e retomada.

O eleito **João Gonçalves, do PS**, declarou que votariam favoravelmente a decisão da Câmara Municipal.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **rejeição das competências, para o ano de 2020**, prevista no Decreto – Lei nº 72/2019, 28 de maio, que **concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das Áreas Portuárias – Marítimas e Áreas Urbanas de Desenvolvimento**



**Turístico e Económico não Afetas à Atividade Portuária**, ao abrigo do artigo 18.º, da Lei 50/2018,16 de agosto, à votação, a qual foi **aprovada** por **unanimidade**.

**4. Apreciação e Votação** sob proposta da Câmara Municipal, da **Transferência de Competências para as Juntas de Freguesia do Município, No Âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.**

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, começou por explicar que todas as Juntas de Freguesia tinham deliberado a aceitação das competências previstas neste diploma. Informou terem comunicado em devido tempo à Câmara Municipal a aceitação das mesmas e após essa aceitação e na sequência do processo de negociação, foram aprovadas em sede do Órgão Executivo da Freguesia e do Órgão Executivo do Município, ou seja, da Câmara Municipal, as minutas de atos de transferência para todas as Freguesias.

Elucidou que a proposta da Câmara Municipal tinha sido remeter à Assembleia Municipal para aprovação dos termos do nº1, artigo 9º, do Decreto – Lei nº 57/2019 de 30 de abril, todas as minutas dos atos de transferência que foram remetidos a todos os membros da Assembleia e que concretiza efetivamente essa transferência de competências.

O eleito **Fernando Carmosino Simões Bastos Silva**, da CDU, manifestou que desde o princípio, no que era considerado um pacote de descentralização, na conceção que tinham pelo conteúdo e pelo que faltava regulamentar, consideravam isto uma transferência de responsabilidades e não uma transferência de competências. Expôs que o Legislador e o Governo tiveram o cuidado de indicar um período de transição para adaptação, para estudo e para a tomada de medidas, porque nem todas as Câmaras tinham a mesma capacidade técnica e financeira. Chamou também a atenção para as Juntas de Freguesia do interior que no caso de olharem bem para todas as competências elencadas, se não tivessem recursos humanos e financeiros mínimos, era pior a emenda que o soneto.

Declarou achar haver Juntas de Freguesia que não compreenderam que existindo os contratos interadministrativo ou aquilo a que chamavam de protocolos de descentralização para as Juntas, a não aprovação deste pacote de

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



descentralização, não anulava os referidos contratos interadministrativos. Afirmou que qualquer Município e qualquer Junta de Freguesia que estivesse a aceitar, devia ter a consciência de que se estava a adiantar em dois anos, à data estipulada como obrigatória pelo Governo para a aceitação das competências. Elucidou que as pessoas tinham de fazer contas porque esta situação não seria temporária. Deu o exemplo de uma autarquia que tinha solicitado ao Ministério da Educação os valores do encargo desta transferência com o valor despendido na conservação do edificado, em equipamentos, com o pessoal auxiliar, etc.

Recordou que em matéria de pessoal auxiliar, o Ministério apenas transferia o valor correspondente ao número de trabalhadores afetos ao mesmo, independentemente do número total de trabalhadores que pudessem existir. Sublinhou ter sido a Câmara de Campo Maior a fazer umas contas desta natureza, tendo chegado à conclusão que os valores em causa eram brutais e desse modo ter começado a arrepiar caminho. Declarou também a Câmara de Ponte de Sôr ter levado à Assembleia Municipal a não aceitação desta competência. Completou garantindo que desde a primeira hora que tinham fundamentado a posição que mantinham e não desejavam argumentar mais sobre o assunto.

Informou que esta atitude não se devia ao facto da CDU não presidir a nenhuma Junta de Freguesia, pois a CDU não necessitava de presidir a uma Câmara ou estar numa Assembleia Municipal, para terem conceções sobre o poder local e sobre o que pensavam destas questões. Afirmou serem pela responsabilidade das Juntas e para que fossem transferidas mais competências, mas não da forma como inclusivamente estavam enquadrados os documentos em questão. Garantiu saberem que tudo isto era para ter aperfeiçoamento, mas ao aperfeiçoamento tinha de corresponder a descentralização da tutela, coisa que não tinha acontecido, nem sequer para as Câmaras.

Frisou que deste modo, podiam-lhes dar dinheiro, dar-lhes atribuições e competências, mas estariam sempre tutelados por cima, tendo sempre que pedir autorização para fazerem determinadas coisas. Declarou não acreditar que tal situação viesse a acontecer na Educação e tal como aquilo que tinham apresentado nas declarações de voto, quer em sede de Câmara desde o princípio desta questão política até à presente data, em que os prazos vinham a ser prorrogados, votariam contra, com todo o respeito pelas Juntas.

O eleito da CDU, **Fernando Carmosino Simões Bastos Silva**, completou dizendo saberem que poderiam ter de fazer aqui uma equação muito complicada por causa da correlação de forças na Assembleia Municipal, mas caso

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



corressem riscos teriam de pensar muito bem, para irem de encontro ao que tinha sido assinado pelos Órgãos de Freguesia. Concluiu as suas declarações dizendo que as Juntas, a Câmara e a Assembleia Municipal deviam estar abertos, acreditava que assim fosse, para depois da aprovação, verem no terreno os estrangulamentos existentes para poderem ver tudo com outra visão. Garantiu que a posição da CDU não era serem contras as Juntas e respetivas populações, achavam que os contratos interadministrativos podiam ser aperfeiçoados enquanto as Juntas faziam bem as contas das suas responsabilidades, sabendo que estas eram sempre um pau de dois bicos.

O Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires** cumprimentou todos os presentes e sublinhou que relativamente à questão da minuta da transferência de competências, o Órgão Executivo da Freguesia de Monte da Pedra tinha validado, aprovado e concordado em determinada altura com o auto, mas no dia anterior em sede de Junta de Freguesia, o Órgão Deliberativo da referida Freguesia, não tinha concordado com o auto de transferência, fazendo por isso uma declaração de voto.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou que a referida declaração de voto já tinha sido distribuída.

O eleito **João Gonçalves do PS**, declarou que em relação a esta situação, achava existir um historial que merecia ser lembrado. Recordou que em meados de julho as Juntas de Freguesia tinham enviado ofício ao senhor Presidente da Câmara, comunicando a aceitação, com vista a iniciarem todo este processo. Começaram as negociações para a transferência de meios que culminaram com a elaboração e a aceitação das condições que tinham sido discutidas.

Lembrou que uma negociação se fazia de cedências, de acordos, com a Câmara a alterar algumas das suas posições iniciais, com as Juntas de Freguesia a chegarem a acordo e livremente todos tinham acordado com os modos em como a transferência iria ser efetuada. Recordou também que há quinze dias atrás, este auto tinha sido aprovado em Reunião de Câmara, querendo dizer, que todos os Presidentes de Junta e os respetivos executivos, estavam de acordo com a transferência de competências.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



O eleito do **PS, João Gonçalves**, manifestou parecer-lhe um pouco irónico, que os eleitos ali presentes, estivessem a colocar em causa o poder de análise e as necessidades objetivas de bom funcionamento das Juntas, impondo-lhes ou esclarecendo-os, ao impedirem que materializassem este objetivo. Completou assegurando respeitar acima de tudo a decisão tomada pelos executivos, achando que lhes deviam criar todas as condições para que os mesmos trabalhassem bem, atingindo os objetivos pretendidos com os meios que livremente tinham alcançado e que tinham discutido com a Câmara.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou ter dado entrada na Mesa da Assembleia, uma declaração de voto sobre a minuta do auto de transferência de competências do Município do Crato para a Freguesia de Monte da Pedra.

O eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet do PSD**, começou por dizer que gostaria de fazer um ponto de ordem à intervenção feita anteriormente pelo eleito do PS, João Gonçalves. Afirmou que lhes competia pronunciarem-se sobre esta matéria, sendo por isso que a mesma estava na Ordem de Trabalhos. Declarou não aceitar, ser à priori condicionado de alguma forma, sobre a liberdade que tinha naquele local, de se pronunciar sobre a matéria em questão.

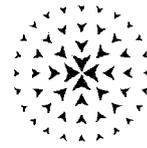
Acrescentou que estava na Lei e era a este Órgão que competia pronunciar-se a este nível. Assegurou estarem cientes do processo, que aliás tinha sido explicado, mas encontravam-se ali para terem a sua própria opinião e não aceitava qualificações sobre isso. Informou que o seu grupo defendia hoje, tal como sempre o tinha feito, o caminho da descentralização para as Câmaras e atualmente para as Juntas. Garantiu ser indiscutível que se encontravam alinhados com este objetivo.

Recordou que pouco tempo depois da tomada de posse do atual executivo, se tinha começado a falar de reuniões da Câmara com os Presidentes de Junta, havendo um processo de diálogo com uma duração de quase dois anos. Afirmou que após dois anos era de esperar algo que efetivamente sucedeu, existindo um consenso entre os Presidentes de Junta e a Câmara sobre um determinado acordo, mas não havia uma explicitação, nem uma transparência sobre as bases racionais desse referido acordo. Completou afirmando acharem que essa situação devia ser clarificada, com base no caminho de progresso que se desejava para os próximos anos e que melhorássemos, baseados na experiência que se fosse vivendo.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**

Município

Manifestou acharem ser adequado e correto, que em termos formais, processuais e legais, devia existir uma base objetiva e material, que explicasse qual a razão porque os parques meios que se podiam disponibilizar, eram-nos feitos desta forma e não de outra. Lembrou, não ignorar a enorme carga de trabalho que o executivo da Câmara tinha, perante inúmeras situações, não podendo o mesmo responder a todas ao mesmo tempo.

Confessou que caso se colocasse na posição do Presidente da Câmara, dificilmente conseguiria apresentar uma proposta que fosse muito diferente daquela que estava em cima da mesa, não estando, portanto, a dizer, que esta questão devesse ser completamente diferente. Declarou que aquilo que lamentavam era que toda esta situação não tivesse sido acompanhada com uma explicitação de uma racionalidade, com os condicionamentos, e que fosse uma base para que todos compreendessem como se estava e como se ia trabalhar a seguir.

Completo, esperarem que nos próximos dois anos, a partir da experiência, se recolhessem os dados quantitativos sobre atividades, meios envolvidos e custos. Que pudesse existir depois uma base mais objetiva, embora a decisão coubesse exclusivamente ao Presidente da Câmara e aos Presidentes de Junta, sendo por ultimo ratificado em Assembleia Municipal. Informou que a posição do seu grupo seria a abstenção, por acharem que a mesma era neste caso construtiva, mas também por existir uma lacuna de explicitação, das bases de racionalidade desta distribuição.

Manifestou que iriam subscrever a declaração de voto que os seus Vereadores tinham apresentado em Reunião de Câmara, pois eram esses os argumentos que tinham. Completo as suas declarações afirmando ter de haver um esforço colaborativo, não podendo as Câmaras irem agora comprar equipamentos novos. Teria de haver uma forma de partilha, havendo os contratos para usar. Teriam de encontrar soluções de consórcio para poderem utilizar e explorar em conjunto com a maior eficácia possível, os meios humanos e os meios físicos que estavam neste momento atribuídos. Disse não ser aceitável que um funcionário atribuído a uma Junta de Freguesia, estivesse uma semana sem nada para fazer, quando existiam outras Juntas que tinham ocupação para os mesmos.

Apresentou o convite à Câmara e às Juntas de Freguesia, para pensarem em formas práticas de trabalharem com transparência formas colaborativas, de tirarem o máximo partido dos recursos que eram postos à disposição quer da Câmara, quer das Juntas.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Garcia**, cumprimentou todos os presentes e sobre o diploma em apreço, declarou que o mesmo vinha ao encontro de ambições manifestadas por muitos Presidentes de Juntas de Freguesia do nosso país. Declarou também que o referido diploma vinha atribuir competências às Juntas de Freguesia, que as mesmas nunca tinham tido, desde que existia poder local democrático a nível nacional. Afirmou que esta transferência de competências não era um “bicho de sete cabeças” para as Juntas de Freguesia, porque estas estavam habituadas a trabalhar com a máxima proximidade dos seus cidadãos e dos seus eleitores.

Sublinhou estarem também habituadas a cumprirem muitas destas competências que agora lhes estavam a ser atribuídas, com os escassos recursos que tinham atualmente. Completou que por estes motivos por si apontados, esta era uma situação que não lhe causava medo, apesar de existirem competências do fórum administrativo que necessitavam de alguma dinamização em termos da estrutura do quadro de pessoal das Juntas.

Manifestou que para este último caso existiria um período transitório, durante o qual o apoio prestado pelos serviços técnicos da Câmara Municipal seriam a garantia para conseguirem realizar corretamente essas competências. Chamou a atenção para as competências da alínea E, F e M, que por concordância entre o Presidente da Câmara Municipal e os Presidentes das Juntas de Freguesia, tinham sido excluídas do Auto de Transferências por não fazer sentido transferir as mesmas para as Freguesias. Deu o exemplo da transferência da alínea M, respeitante a autorizações para queimas e queimadas, que visto o Município ter um Gabinete Técnico Florestal, o mesmo respondia às solicitações sobre esta questão.

Disse ainda que todo este assunto tinha sido um processo de negociação, de diálogo, com todos os Presidentes de Junta, para a aceitação de transferência de competências. Explicou que no decorrer de todo este processo, tinham acontecido várias reuniões entre as partes interessadas e que na última tinham chegado à conclusão de que o critério de atribuição de recursos seria baseado no número de eleitores existente em cada Freguesia.

Completou sublinhando terem considerado este o critério mais justo, mais transparente e mais igualitário entre todas as Freguesias. Completou as suas declarações apelando à Assembleia Municipal para que esta tivesse em consideração o facto de todos os órgãos executivos e deliberativos das diversas Freguesias terem aceitado o respetivo Auto de Transferências.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio Calado**, disse ter aceitado este diploma por um motivo muito simples, passando a explicar. Disse que no mandato de 2001/2005 tinha estado a presidir a Junta de Aldeia da Mata, onde tinha encontrado um assistente operacional e um veículo motorizado. Sublinhou que à sua saída em 2005, tanto o assistente operacional como o veículo motorizado tinham ficado na referida Junta de Freguesia, mas caricatamente em 2017, quando tinha regressado, não tinha encontrado nenhum deles, concluindo que alguma coisa se tinha passado.

Manifestou que quando se falava na atribuição de competências às Juntas de Freguesia e quando via o que tinha acontecido naquela a que presidia, tendo já passado 12 anos, verificava que nada disto tinha sido assegurado no devido tempo. Completou afirmando que quando se perdia um assistente operacional e quando se perdiam ferramentas essenciais ao dia a dia de uma Freguesia, teria de haver o cuidado de as repor. Assegurou que no caso da Freguesia de Aldeia da Mata isso não tinha acontecido.

Disse respeitar a posição de todos os seus colegas Presidentes de Junta ali presentes, tendo cada um feito a sua própria análise e chegado ao consenso em apreço. Assegurou que apesar de tudo isto desejava salvaguardar-se e depois de ter estado a ler a minuta da ata 21 de 18 de setembro de 2019, tendo verificado que o ponto 3 da deliberação 280 salvaguardava todo este processo, informava que inicialmente a sua intenção era de votar favoravelmente, apresentando uma declaração de voto. Concluiu as suas declarações afirmando que lendo este ponto inserto nesta minuta de ata, também se desejava salvaguardar e por isso o seu voto seria de abstenção.

A senhora Presidente da União de Freguesias de Crato e Mártires, Flores da Rosa e Vale do peso, **Ana Isabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**, cumprimentou todos os presentes e ressaltou que sobre esta transferência de competências, grande parte das mesmas já eram feitas pelas Juntas de Freguesia. Afirmou que a partir deste momento, aquilo que iria acontecer, era que quem estava no terreno, passaria a ter mais e melhores condições para as realizar. Lembrou que esta transferência de competências, era muito importante para a União de Freguesias, porque representava um aumento dos recursos humanos, quando tinham tanto para fazer.

Declarou que iriam criar postos de trabalho e que iriam fixar pessoas, aspetos que considerava muito importantes para a União de Freguesias. Concluiu as suas declarações sublinhando considerar que esta nova realidade da transferência de competências dava a oportunidade de poderem fazer mais e melhor.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, solicitou aos serviços que lessem aquilo que tinha sido proposto e deliberado por maioria na Câmara Municipal e assim aconteceu. Depois da leitura concluída, disse achar importante, dar a conhecer aquilo que tinha sido deliberado em Câmara Municipal. Declarou que não pretendia intervir sobre esta assunto, que os senhores Presidentes de Junta tinham feito intervenções esclarecedoras, mas que também ali utilizaram palavras, que não acreditava terem sido ditas por acaso.

Acrescentou terem falado ali de falta de transparência neste processo. Perguntou aos Presidentes de Junta se tinha levado alguma pistola para as reuniões e se os tinha obrigado a assinar alguma coisa. Afirmou ter existido unanimidade no que foi decidido na Reunião com os Presidentes de Junta. Declarou existir um princípio que sempre defendeu e elucidou os presentes que qualquer que fosse a fórmula escolhida, seria sempre igual para todos. Lembrou que no decorrer de todo este processo, existiam prazos a cumprir, como por exemplo o dia 27 de setembro, que mais tarde passaria para 30 do mesmo mês.

Mencionou que o trabalho desenvolvido, como marcações de Assembleia, Reuniões de Câmara, Reuniões de Junta e Assembleia de Freguesia, tudo era feito com a referência ao dia 27 de setembro, num quadro bastante apertado. Deu nota de que a responsabilidade deste processo não era apenas do Presidente da Câmara, mas sim de todos. Sublinhou que era deste modo que pediam: responsabilidade, autonomia e capacidade para decidir, mas lembrou que não bastava pedir, sendo também necessário trabalhar estas questões.

Disse pretender esclarecer alguns equívocos como por exemplo o facto de o diploma ser muito conciso nas competências. Aludiu que se existiam Juntas de Freguesia que não tinham recursos, deviam as mesmas ter trabalhado para os obter. Sublinhou que esta observação servia tanto para aqueles que se encontravam há 12 anos nas Juntas como para aqueles que lá estavam apenas há 2 anos, como tinham referido em relação à atividade da Câmara.

Afirmou que se já tinham passado dois anos para a Câmara e era necessário nesta fazerem algumas coisas, o mesmo se aplicava às Juntas, pois tinham competências próprias assumidas e tinham de resolver os problemas. Propôs que se questionassem as outras Juntas de Freguesia, em como tinham resolvido determinados assuntos e chegariam à conclusão de ter sido através de boas práticas que o tinham alcançado.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, declarou que sobre este processo ninguém conseguiria dizer que o mesmo não tinha sido o maior passo de autonomia para todas as Juntas de Freguesia do Concelho do Crato. Recordou que muitos tinham clamado e dito que o iriam fazer, mas só no presente dia se tinha concretizado, ou se iria concretizar, pelo que via das intenções de voto que iriam existir. Sobre o facto de alguns disserem que deviam esperar, lembrou que assim se encontravam à quarenta e muitos anos. Pediu que tivessem a coragem de aceitar e de trabalhar em conjunto com a Câmara Municipal para se conseguir aquilo que estava acordado e melhorar de modo a poderem ter ainda mais. Elucidou que este ter mais não significava ter mais euros ou mais recursos, mas sim aquilo que era justo. Sublinhou que aquilo que se encontrava no ponto três e que tinha aceitado introduzir, tinha-o feito com a condição de os Presidentes de Junta terem a capacidade de poderem avaliar para mais ou menos euros, para mais ou menos recursos, fazendo tudo isto com transparência. A última nota que deixou sobre este assunto foi que aquilo que tinha colocado no ponto 3, não tinha conseguido que algum ministério o fizesse com ele, apesar de ter assumido todas as competências da descentralização que lhe foi possível fazer.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, anunciou que todas tinham sido votadas em Câmara Municipal, por maioria e por muitos dos que hoje tinham dúvidas sobre estas competências. Recordou que nas anteriores não tinham existido tantas dúvidas, nem tinha existido tanta conversa. Reafirmou ser necessário ter coragem, ser necessário resolver, ser necessário assumir as competências, ser necessário trabalhar sobre as novas competências. Tudo isto juntos, com a sensibilidade de cada um, com o que já tinham feito e o que ainda tinham para fazer, achava ser possível dar melhor condições às Juntas de Freguesia para executarem as competências aqui delegadas e para responderem melhor às que já eram da própria competência das Juntas.

Completo manifestando estar com toda a transparência e toda a elevação neste processo. Confidenciou que isto era coisa que sempre tinha desejado fazer desde a sua tomada de posse. Sublinhou que no início imaginava esta questão resolvida através de um acordo/protocolo de execução, mas que essa ideia tinha resfriado, por ter aparecido a vontade de se criarem estes decretos para passar às Freguesias. Adiantou ter-lhe parecido ser muito mais obvio que se trabalhasse sobre um documento que viesse da Administração Geral do Estado, através de um Ministério.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



Completo que atualmente parecia-lhe que o caminho escolhido tinha sido o mais complexo, mas tinha um princípio do fim. Pediu que assumissem esta realidade e que tivessem a capacidade de trabalhar em conjunto. Questionou se tinham consciência dos valores que estavam em causa porque até a Freguesia que recebia menos recursos reforçava em 2/3 (dois terços) a sua capacidade financeira. Garantiu que caso colocassem no prato da balança aquilo que recebiam em termos de competências, comparativamente com aquilo que já executavam, não eram 2/3, mas, menos. Completo garantindo ser um processo difícil, complexo, assente no critério do equilíbrio de igualdade para todos. Assegurou que podiam discutir os critérios que quisessem, mas tinham chegado à conclusão que este, era possível operacionalizar no momento. Solicitou que não colocassem a responsabilidade apenas em um órgão, porque todos tinham responsabilidades e nesse dia todos as tinham assumido. Declarou que podiam ter a certeza absoluta que aquilo que dali hoje saísse, para as Juntas de Freguesia, seria muito melhor do que aquilo que tinham antes.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, completo as suas declarações desejando felicidade a todos aqueles que ali presentes, tinham participado neste ato, porque o mesmo ficaria na história futura das Freguesias do Concelho do Crato.

O eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD**, expôs não saber como pode o senhor Presidente da Câmara, Joaquim Bernardo dos Santos Diogo, inferir da sua intervenção qualquer semelhança com o conceito de apontar uma pistola a alguém. Explicou que na Declaração de Voto que tinham apresentado, aquilo que estava escrito, sobre transparência, não era que a mesma não tivesse existido nas negociações com os Presidentes de Junta, uma vez que todos tinham aceitado e subscrito coletivamente, era, que perante a Assembleia, neste momento, não conheciam os critérios usados para chegarem a esta conclusão. Completo afirmando desejar que lhe explicassem qual a semelhança de tudo isto com uma pistola apontada.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, esclareceu que o eleito do PSD, José Manuel Nunes Salvador Tribolet, tinha acabado de responder à própria pergunta, quando o mesmo utilizava de uma forma isolada a falta de transparência no processo. Afirmou que o eleito do PSD, José Manuel Nunes Salvador Tribolet, tinha acabado de explicar muito bem, aquilo que pretendia dizer.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**, explicou que em Assembleia de Freguesia, o documento ali em questão, não tinha sido aprovado. Transmitiu que o executivo da Junta de Freguesia de Monte da Pedra já se encontrava a trabalhar numa nova proposta porque continuavam interessados em resolver esta situação. Informou que os critérios que estavam a utilizar eram um pouco distintos, tendo a ver com a quantidade e a quantificação de trabalhos, assim como com o cruzamento de afetação desses recursos, tendo em conta a distribuição do Fundo de Financiamento das Freguesias.

Garantiu que a seu tempo, fariam chegar a nova proposta à Câmara Municipal, visto ser isso que a Lei previa e ser nisso que estavam a trabalhar.

**A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, propõe:**

Aprovar as Minutas dos Autos de Transferência, anexos e parte integrante da presente proposta, nos termos da deliberação n.º 280 da minuta da ata 21/2019 de 18 de setembro, da Câmara Municipal e de acordo com o Decreto – Lei n.º 59/2019, 30 de abril, que concretiza a transferência de competências do Município do Crato para todas as suas freguesias, ao abrigo do n.º 2, artigo 38ª, da lei n.º 50/2018, 16 agosto a saber:

- 1.1.- Junta de Freguesia de Aldeia da Mata;
- 1.2.- Junta de Freguesia de Gáfete;
- 1.3.- Junta Freguesia de Monte da Pedra;
- 1.4.- União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso,

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou **Transferência de Competências para as Juntas de Freguesia do Município, No Âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril**, à votação, a qual foi **aprovada por maioria**, a saber:

a) **9 (nove) votos a favor**, a saber:

- **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**  
ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO  
REUNIÃO ORDINÁRIA



Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.

b) **6 (seis) abstenções**, a saber:

- **6 (seis) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Manuel Maria Moura Tavares de Carvalho Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

(com a apresentação de declaração de voto)

c) **4 (quatro) votos contra**, a saber:

- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira. (com a apresentação de declaração de voto)

**5. Apreciação e Votação** sob proposta da Câmara Municipal, **das Alterações ao Trânsito e Sinalética no Concelho do Crato - Comissão Municipal de Trânsito;**

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou as **Alterações ao Trânsito e Sinalética no Concelho do Crato - Comissão Municipal de Trânsito**, à votação, a qual foi **aprovada por unanimidade**.

**PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO**

Não houve pedidos de intervenção.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO**

ATA N.º 6/2019, DE 26 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



**CRATO**  
Município

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às vinte e duas horas e cinquenta e seis minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.

*Sandra Maria Sias Cardoso*  
*Cristina Isabel dos Santos Pereira*